

# **RADIOGRAFIA DAS EMISSORAS DE TELEVISÃO DE SANTA CATARINA ATÉ 2024: ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E POLÍTICOS**

*RADIOGRAFÍA DE LAS EMISORAS DE TELEVISIÓN EN SANTA CATARINA HASTA 2024: ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS Y POLÍTICOS*

*RADIOGRAPHY OF TELEVISION STATIONS IN SANTA CATARINA UNTIL 2024: HISTORICAL, GEOGRAPHICAL AND POLITICAL ASPECTS*

Carlos Roberto Praxedes dos Santos<sup>1</sup>  
Camila Maurer<sup>2</sup>

## **Resumo**

Até setembro de 2024, o estado de Santa Catarina possuía 28 geradoras de televisão. Até 1969, o estado de Santa Catarina não possuía qualquer geradora de televisão. Entre 1970 e 1979, havia apenas duas geradoras de televisão no estado. Ainda em 1979, outros três canais entraram em operação. Já o decênio de 1980 registra a maior expansão da TV. Até 2017, segundo dados da Anatel, 157 emissoras comerciais estavam em operação, além de 11 TVs não comerciais. Este trabalho tem o objetivo de apresentar a história das 28 geradoras de televisão de Santa Catarina, identificando as trocas de acionistas, proprietários, de nome da emissora e de retransmissão de cabeça de rede, ao longo do tempo. Conclui-se que a maior parte das emissoras comerciais está concentrada nas mãos de apenas dois grupos de comunicação e em áreas próximas do litoral do estado. Já as não comerciais pertencem a igrejas, grupos políticos ou empresários da comunicação.

**Palavras-chave:** história da televisão em Santa Catarina; radiodifusão; televisão; políticas públicas de radiodifusão.

## **Resumen**

A septiembre de 2024, el estado de Santa Catarina contaba con 28 generadores de televisión. Hasta 1969, el estado de Santa Catarina no contaba con ningún generador de televisión. Entre 1970 y 1979, solo había dos generadores de televisión en el estado. Aún en 1979, entraron en funcionamiento otros tres canales. Los años 80 registraron la mayor expansión de la televisión. En 2017, según datos de Anatel, había 157 emisoras comerciales en operación, además de 11 televisores no comerciales. Este trabajo tiene como objetivo presentar la historia de los 28 generadores de televisión en Santa Catarina, identificando los cambios de accionistas, propietarios, nombre de la estación y la retransmisión del jefe de la cadena, a lo largo del tiempo. Se concluye que la mayoría de las emisoras comerciales están concentradas en manos de solo dos grupos de comunicación y en zonas cercanas a la costa del estado. Las empresas no comerciales, en cambio, pertenecen a iglesias, grupos políticos o emprendedores de la comunicación.

**Palabras clave:** historia de la televisión en Santa Catarina; radiodifusión; televisión; Políticas de radiodifusión pública.

## **Abstract**

Until September 2024, the state of Santa Catarina had 28 television generators. Until 1969, the state of Santa Catarina did not have any television generators. Between 1970 and 1979, there were only two television generators

---

<sup>1</sup> Doutor em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre em Gestão de Políticas Públicas e bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professor no curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Itajaí e do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas.

<sup>2</sup> Mestra em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Jornalista na Universidade Regional de Blumenau (Furb).

in the state. Still in 1979, three other channels came into operation. The 1980s saw the greatest expansion of TV. Until 2017, according to data from Anatel, 157 commercial broadcasters were in operation, in addition to 11 non-commercial TVs. This work aims to present the history of the 28 television generators in Santa Catarina, identifying the changes in shareholders, owners, station name and network head retransmission over time. It is concluded that the majority of commercial broadcasters are concentrated in the hands of just two communication groups and in areas close to the state's coast. The non-commercial ones belong to churches, political groups or media entrepreneurs.

**Keywords:** History of television in Santa Catarina; broadcasting; television; public broadcasting policies.

## 1 Introdução

Quando se observa que o Brasil possuía cerca de 540 geradoras de televisão em 2017 (Santos, 2019), pode-se afirmar que o estado de Santa Catarina possui um número bastante reduzido de canais, cerca de 5% das estações de TV do país se encontram em território catarinense. Além disso, é possível perceber que a distribuição dessas estações se dá de forma concentrada nas principais cidades de Santa Catarina, como a capital, Florianópolis; Joinville, maior cidade do estado; e os municípios de Blumenau, Lages, Joaçaba, Xanxerê, Criciúma, Rio do Sul, Itajaí e Chapecó. Na maior parte das cidades catarinenses não há geradoras de televisão e, em alguns municípios, o sinal de televisão terrestre ainda não chegou ou chegou recentemente, mesmo após 50 anos da implantação da TV Coligadas de Blumenau, primeira emissora oficial de televisão em Santa Catarina.

Este trabalho tem o objetivo principal de descrever cada uma das 28 concessões de televisão do estado de Santa Catarina, das quais 17 são comerciais e 11, concessões educativas. Importante frisar que destas 11 geradoras, 10 são educativas de acordo com a classificação da Anatel e do Ministério das Comunicações, embora apresentem contradições, tais como: 1) emissoras educativas que apresentam programação semelhante aos canais comerciais e não pertencem a nenhuma instituição de caráter educacional; 2) emissoras educativas que se intitulam comunitárias, mas oferecem programação de cunho religioso.

Entre os métodos utilizados neste trabalho, estão a pesquisa bibliográfica, embasada em autores como Carlos Alberto de Souza (1999), Lopes (2015), Emerim e Cavenaghi (2014) e Cruz (1996) e na imprensa catarinense. Também foi desenvolvida pesquisa documental junto ao Sistema de Informações de Radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), seja em seu portal oficial ou por e-mail, quando das dúvidas existentes sobre alguma das geradoras de televisão. O levantamento inicial levou em consideração a ordem cronológica de surgimento das emissoras em anotações de um dos autores deste artigo, desde a década de 1980. Tais informações foram checadas junto à Anatel e na escassa bibliografia sobre o assunto. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com dirigentes de emissoras cujas informações não

constavam de bibliografia anterior como algumas geradoras educativas e públicas. Outras tentativas de entrevista, no entanto, não foram respondidas, e os dados levantados são confrontados apenas com informações públicas da Anatel ou em notícias publicadas em portais como os do Ministério das Comunicações, da Rádio Senado ou da Rádio Câmara. Esse quebra-cabeças foi montado a partir de diferentes fontes conforme a necessidade de se obter informações sobre cada uma das geradoras, pois existem lacunas na história da televisão catarinense que precisavam ser investigadas. Todas as mudanças de gestão dessas emissoras estão registradas, embora não seja nosso objetivo tratar sobre os motivos para tais alterações societárias.

## 2 Conceitos introdutórios

Para fins desta análise, considera-se relevante a introdução de alguns conceitos basilares do campo da radiodifusão que serão empregados ao longo do texto. A descrição dos termos a seguir, embora não exaustiva, objetiva facilitar a compreensão do leitor.

**Geradora de televisão** é toda emissora capaz de gerar algum tipo de conteúdo de forma independente, no mínimo o intervalo comercial. Na hierarquia operacional da televisão, uma emissora **cabeça-de-rede** é a emissora matriz de uma rede de TV estadual ou nacional. Uma **repetidora** é uma retransmissora de televisão que não produz nenhum tipo de conteúdo. As **filiais** são emissoras próprias pertencentes ao grupo detentor da cabeça-de-rede. As **afiliadas** são emissoras pertencentes a terceiros que retransmitem o sinal da cabeça-de-rede.

O espectro de radiofrequência é um bem público, pertencente ao Estado Nação. Nele, trafegam todas as ondas eletromagnéticas tanto da **radiocomunicação** como os telefones celulares, a comunicação aeronáutica e marítima, além das frequências destinadas aos canais das polícias e o rádio amador. Já na **radiodifusão** se encontram as frequências destinadas à comunicação com o público em geral como o rádio e a TV. Na televisão analógica, os canais geralmente eram concedidos em *Very High Frequency (VHF)*, adotado no Brasil desde 1950 e que consiste nos canais de 2 a 13 do espectro de TV. Já no *Ultra High Frequency (UHF)* estão os canais de 14 a 69 e os sinais da televisão digital brasileira. Para ocupar qualquer um desses canais, é preciso obter uma concessão pública. No rádio, ela tem a validade de 10 anos. Na televisão, de 15 anos.

### 2.1 Concessão

No caso das emissoras comerciais, o proponente a obter o canal pode provocar o Ministério das Comunicações a abrir um processo licitatório, mas isso não lhe garante o direito

de explorar o canal ou ter privilégio em conseguir a outorga (Santos, 2019). O proponente pode fazer o projeto que provoque a abertura da licitação e, mesmo assim, perder o processo para um concorrente. O edital de licitação, de acordo com Lopes (2011, p. 4) precisa conter o objeto da licitação; o valor mínimo da outorga; condições de pagamento; relação de documentos necessários à habilitação; e critérios para julgamento das propostas técnicas e de preço. A concorrência pública abrange três etapas. A primeira consiste na habilitação caso o candidato cumpra todas as exigências do edital. Na segunda etapa, são analisadas as propostas técnicas e, por último, as propostas financeiras.

Em relação aos trâmites, no caso das concessões e permissões é necessário um projeto de lei apreciado em duas comissões da Câmara dos Deputados e em uma comissão do Senado Federal. Os pedidos de outorga são encaminhados pelos proponentes à obtenção de um canal de radiodifusão ao Ministério das Comunicações. De lá, o processo segue para a Casa Civil da Presidência da República que encaminha para a Câmara dos Deputados. Na Câmara, duas comissões analisam o processo: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Nessa última, cada processo é analisado duas vezes. De lá, segue para o Senado Federal, onde é analisado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) (Santos, 2019). Após aprovação em todas as comissões, o projeto volta à Casa Civil para sanção presidencial no caso das rádios AMs e emissoras de televisão. No caso das rádios FMs comerciais e educativas, além do Serviço de Radiodifusão Comunitária, o projeto sai do Senado e volta para o Ministério.

As emissoras educativas ficaram dispensadas do processo licitatório até 2011. A partir de então, também cumprem o trâmite das estações comerciais e necessitam de processo licitatório. Já as rádios comunitárias, por força da Lei nº 9612, de 1998, têm seu trâmite iniciado até mesmo pela Internet, quando o proponente preenche um formulário de interesse no canal. A fase seguinte é a publicação de aviso de habilitação por parte do Ministério das Comunicações (Lopes, 2011, p. 6). Nessa fase, assim como na radiodifusão comercial, outros concorrentes podem surgir sem que haja conhecimento por parte de quem requereu previamente o canal.

Cada outorga é uma lei específica. Portanto, a concessão é um contrato entre o governo (detentor de todas as faixas de frequência que estão no espectro de radiofrequência) a uma empresa particular que executa o serviço, enquanto as rádios FMs comerciais, educativas e comunitárias necessitam de permissão ou autorização (Santos, 2019).

### 3 A chegada tardia da televisão a Santa Catarina

Apesar do espírito empreendedor do estado, Santa Catarina ainda dependia dos vizinhos Paraná e Rio Grande do Sul em vários setores, como a eletricidade e as estradas, até as décadas de 1960 e 1970. Sob os pontos de vista tecnológico e comunicacional, o estado também sofreu atrasos em relação aos demais estados da região Sul. De acordo com Severo e Gomes (2009), a Sociedade Pró-Desenvolvimento da Televisão tinha como objetivo fazer o povo de Florianópolis conhecer televisão. Em razão disso, o empresário Darci Lopes, líder do movimento, iniciou a instalação de uma rede de repetidoras da TV Piratini, de Porto Alegre, pela região Sul do estado até chegar à capital. Movimento parecido fez o catarinense Flávio de Almeida Coelho, que residia em Curitiba, a instalar repetidoras no Norte e Vale do Itajaí para transportar o sinal da TV Paraná, de Curitiba.

Em novembro de 1964 entrou no ar, sem concessão, a TV Florianópolis, canal 11, pertencente ao comerciante de Tubarão, Hilário Silvestre. Ele estava tão confiante em obter a outorga que contratou 14 funcionários, comprou equipamentos e mantinha no ar uma programação das 18h às 21h, de segunda a sábado, e das 13h às 21h, aos domingos. O edital 13/65, publicado no Diário Oficial da União de 5 de março de 1965, abriu concorrência para a concessão de um canal de televisão para Florianópolis, o que culminou com o lacre da TV Florianópolis (Pereira, 1992). De acordo com Cruz (1996), logo após a publicação desse edital, chegou do Rio de Janeiro uma ordem para lacrar a TV Florianópolis, o que foi feito em 9 de março de 1965. Nem era preciso: nessa ocasião, a emissora já estava definitivamente fora do ar em decorrência de um temporal que, três dias antes, derrubara a torre de transmissão que ficava no alto de um prédio no centro da cidade (Mattos, 1992). Tal fato também é relatado por Emerim e Cavenaghi (2014, p. 139): “Um vendaval que teria deixado a torre da emissora pendurada no alto do Hotel Lux”, embora as duas autoras apontem dúvidas sobre se esse acidente teria ocorrido de fato antes ou depois do lacre por parte do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel). “Inconformado, Silvestre ainda lutou durante anos, mas em vão. O canal de TV da capital só seria concedido para a Sociedade Pró-Desenvolvimento da Televisão em 1968, um ano depois da pioneira TV Coligadas, em Blumenau” (Cruz, 1996, p. 56).

#### 3.1 A televisão comercial em Santa Catarina

De acordo com Pereira (1992), apenas em 1º de setembro de 1969, ou seja, dezenove anos depois da pioneira TV Tupi de São Paulo e dez anos após a televisão chegar ao sul do Brasil, entrou no ar a TV Coligadas, canal 3, de Blumenau, no Vale do Itajaí. Foi a primeira emissora de

televisão oficial de Santa Catarina, com cerca de 229 acionistas, liderados por Wilson Melro, proprietário das seis emissoras da Rede Coligadas de Rádio. A Coligadas entrou no ar retransmitindo a Rede Globo no horário noturno, enquanto, no final da tarde, exibia programação local. A Coligadas foi vendida em 1976 ao então diretor comercial da emissora, Flávio Coelho, e ao empresário Mário Petrelli (Souza, 2007), mas acabou sucateada. Em 1979, quando a Rede Globo anunciou que o contrato com a Coligadas seria rescindido, os dirigentes da Coligadas se anteciparam e cortaram o sinal da Globo para Santa Catarina, motivando a Coligadas a retransmitir a Tupi (Cruz, 1996). Durante alguns meses, a emissora carioca ficou fora do ar no estado, fato que antecipou a inauguração da TV Catarinense de Florianópolis, embrião do grupo RBS em Santa Catarina. A própria RBS adquiriu a Coligadas pouco tempo depois.

Já a TV Cultura, canal 6 de Florianópolis, primeira emissora da capital catarinense, entraria no ar em 31 de maio de 1970, sob a iniciativa do empresário Darci Lopes e mais 178 acionistas (Cruz, 1996). Ele aproveitou a rede de retransmissoras que havia sido instalada anteriormente para transportar os sinais de televisão do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e, dessa forma, conseguir levar as imagens da TV Cultura às cidades do sul do estado.

Com conhecimento técnico e líder de audiência no Rio Grande do Sul, o grupo RBS colocou no ar a TV Catarinense, canal 12 de Florianópolis, em 1º de maio de 1979. No mesmo ano, entrariam em operação a TV Eldorado, canal 9 de Criciúma e a TV Santa Catarina, canal 5 de Joinville. A emissora de Joinville foi repassada à RBS pouco tempo depois, pois as instalações do canal eram precárias e a sociedade formada por cerca de 60 empresários joinvilenses poderia perder a concessão se não fizesse um contrato operacional com a TV Catarinense (Cruz, 1996).

Segundo Pereira (1992, p. 147), a TV Eldorado iniciou suas transmissões em 8 de janeiro de 1979, sendo, portanto, a terceira geradora em território catarinense. Era de propriedade do empresário Diomício Freitas, do ramo cerâmico, sendo vendida para Manoel Dillor de Freitas, em 1981, quando surge a Rede de Comunicações Eldorado (RCE). Ainda em 1979, passou a operar como retransmissora em Florianópolis e, aos poucos, foi atingindo as maiores cidades do estado. Desde a inauguração, a TV Eldorado foi afiliada da Rede Bandeirantes de Televisão (Pereira, 1992).

Com a falência da Rede Tupi, em 1980, a TV Cultura de Florianópolis passou a retransmitir o sinal da Rede de Emissoras Independentes (REI)<sup>3</sup>. A partir de 1981, passa a retransmitir o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) e, em 1982, é vendida a Freitas, o que

---

<sup>3</sup> A Rede de Emissoras Independentes surgiu em 1969, encabeçada pela TV Record, de São Paulo; TV Rio, do Rio de Janeiro, e TV Alvorada, de Brasília. Chegou a ser considerada a maior rede de televisão brasileira, maior que a Tupi e a Globo.

motivou a criação da Rede de Comunicações Eldorado (RCE). Na época, a TV Cultura já havia sido adquirida pelo empresário Mário Petrelli, que a repassaria a Freitas (Cruz, 1996).

Em 10 de junho de 1980, segundo Pereira (1992), entrava em operação a TV Planalto, canal 10, de Lages, pertencente ao empresário Roberto Amaral. A emissora iniciou retransmitindo a TVS e seria considerada a primeira afiliada do SBT em todo o Brasil (Pereira, 1992). A emissora de Lages passou por várias transformações, virando o embrião do Sistema Catarinense de Comunicação (SCC) e tornando-se RedeTV Sul, a partir do ano 2000, como retransmissora da Rede TV, de São Paulo. Porém, retornaria ao SBT em 2008, sendo, até 2023, a única afiliada da rede de Silvio Santos no estado.

No mês de agosto de 1982, entrava no ar, em caráter experimental, a TV Barriga Verde, canal 9 de Florianópolis, terceira geradora da capital catarinense, tendo como principal acionista o empresário Mário Petrelli (Souza, 1999). A Barriga Verde iniciou retransmitindo parte da programação do SBT para o litoral catarinense, já que a cobertura da TV Planalto, de Lages, restringia-se ao planalto serrano. Dois anos depois, Petrelli transferiu suas ações em partes iguais de 12%, totalizando 48%, a Saul Brandalise, Saul Brandalise Jr., Flávio Brandalise e Ivan Oreste Bonato (Mattos, 1992). A partir de 1984, a TV Barriga Verde começou a retransmitir o sinal da Rede Manchete do Rio de Janeiro. Em 1992, passou a retransmitir o sinal da Rede Bandeirantes de São Paulo. A Barriga Verde mudou de nome para TVBV na década de 1990, e, na década seguinte, adotou o nome da cabeça de rede Band SC, mesmo sendo uma afiliada e não uma emissora própria da Rede Bandeirantes (Cruz, 1996). No dia 19 de dezembro de 2016, a emissora passa a se chamar TV Catarina, mas retornou para TVBV cerca de um ano depois (Santos, 2019).

Em 23 de abril de 1982, em Chapecó, surgiria a primeira geradora do oeste de Santa Catarina: a TV Cultura, canal 12, retransmitindo o SBT, também de propriedade do empresário Mário Petrelli. Portanto, ainda em 1982, Petrelli possuía três emissoras, a TV Coligadas de Blumenau, a Barriga Verde de Florianópolis e a TV Cultura de Chapecó. Mas logo se desfez dos negócios. Em 1983, a estação da TV Cultura de Chapecó foi comprada pela RBS, tornando-se a quarta emissora da rede no estado (Cruz, 1996).

Em 2 de setembro de 1986, entrou no ar a TV Vale do Itajaí, canal 10 de Itajaí, no litoral norte, de propriedade do grupo RCE, que então totalizava três estações, também retransmitindo a Rede Bandeirantes (Santos, 2019). Em 1992, a RCE pôs no ar sua quarta e última emissora, a RCE TV Xanxerê, canal 3. A emissora passaria a ser geradora da Rede Record, de São Paulo, a partir de 1994 e, em 2008, começou a ser chamada de RIC Record Xanxerê. A partir de 2 de dezembro de 2019, foi renomeada de NDTV Record Xanxerê (Santos, 2019). Algo peculiar ocorreu com essa concessão a partir de 2021. A exemplo de outras situações semelhantes

ocorridas no Brasil, como o Grupo ND precisava ter uma geradora em Criciúma, no sul do estado, e contava com duas emissoras situadas em cidades vizinhas (Chapecó e Xanxerê), a sede física da emissora de Xanxerê foi transferida para Criciúma, a quase 500 quilômetros de distância, enquanto a concessão permaneceu em Xanxerê (NDTV [...], 2020). Ou seja, comercialmente, a solução foi desativar a emissora de Xanxerê e transferi-la para Criciúma. A legislação brasileira permite essa prática, mas exige que a cidade-sede da concessão, ou seja, Xanxerê, receba o sinal dessa geradora. Na prática, por lei, a cidade de Xanxerê conta com dois sinais do Grupo ND, com a mesma programação nacional, embora com programações locais distintas: NDTV Chapecó e NDTV Criciúma.

De acordo com Carlos Alberto de Souza (1999), em 1991, a RCE não conseguiu sobreviver sozinha e transferiu parte de suas ações para as Organizações Martinez (Rede OM Brasil), do empresário José Carlos Martinez, de Curitiba, que detinha um projeto ambicioso, a construção de uma rede de televisão nacional gerada na capital paranaense, a Rede Organizações Martinez (OM Brasil). A Rede OM Brasil fracassou na audiência e no faturamento e tornou-se Central Nacional de Televisão (CNT), ainda com matriz em Curitiba, rede da qual as quatro emissoras que eram da RCE virariam retransmissoras até 1994.

Em 1994, a TV Cultura, canal 6 de Florianópolis; TV Xanxerê, canal 3 de Xanxerê; e TV Vale do Itajaí, canal 10 de Itajaí, passaram ao controle da Rede Record de Televisão. Na época, as geradoras de Florianópolis e Itajaí encontravam-se em avançado estado de sucateamento. A TV Eldorado, canal 9 de Criciúma, foi comprada pela RBS, tornando-se a quinta emissora da empresa gaúcha no estado. A TV Cultura, agora TV Record Florianópolis, funcionou com essa nomenclatura até 2008, quando passou a se chamar RecordNews, canal 6 de Florianópolis (Santos, 2019).

A TV O Estado, canal 4 de Florianópolis, foi a quarta emissora de televisão da capital catarinense, dos empresários Oriovisto Guimarães e José Matusalém Comelli, então proprietário do jornal *O Estado*. De acordo com Pereira (1992), Guimarães era amigo de Mário Petrelli e os dois já eram sócios em emissoras paranaenses. No início da década de 1990, Petrelli assumiria o controle da emissora. A TV entrou em operação em 1987, retransmitindo o SBT. A TV O Estado, permaneceu com essa nomenclatura até o final da década de 1980, quando, em sociedade com o empresário Roberto Amaral, de Lages, foi criado o Sistema Catarinense de Comunicações (SCC), com três emissoras: TV Planalto de Lages, TV O Estado de Florianópolis e TV O Estado de Chapecó (detalhes sobre esse canal de televisão serão abordados mais à frente, neste artigo) (Pereira, 1992). O SCC passou a ser propriedade apenas de Amaral alguns anos depois.

Em 6 de junho de 1988, entraria no ar a TV Joaçaba (Pereira, 1992, p. 156), posteriormente chamada de TV Barriga Verde de Joaçaba e, anos mais tarde, TV Catarinense, canal 6. Na época, a família Brandalise, proprietária do grupo Perdigão, contava com duas emissoras de televisão (Florianópolis e Joaçaba) e sete emissoras de rádio. A geradora inicialmente retransmitia a Rede Manchete e, a partir da década de 1990, começou a retransmitir a Rede Bandeirantes para o oeste e planalto serrano, além do noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Em 1º de junho de 2005, a RBS adquiriu a geradora, que passou a se chamar RBS TV Centro-Oeste. Tratava-se da sexta e última geradora adquirida pela rede no estado. Alguns anos depois, a RBS TV Centro-Oeste passaria a gerar seus telejornais locais de Lages e não de Joaçaba, onde funcionava a sede da emissora. Apenas uma equipe de reportagem permanecia em Joaçaba, sede da concessionária. A partir de 2015, os programas jornalísticos voltaram a ser produzidos de Joaçaba (Santos, 2019).

Em 1989 foi inaugurada a TV O Estado, canal 10 de Chapecó, de propriedade do empresário Mário Petrelli, retransmitindo o SBT para a região oeste. Na década de 1990, esta emissora passou a se chamar SCC Chapecó, numa parceria com o empresário Roberto Amaral, dono do SCC de Lages (Cruz, 1996). Em 1º de dezembro de 2000, a emissora mudou de nome para Rede SC Chapecó, quando a sociedade entre Petrelli e Amaral se desfez e, em 2008, foi renomeada para RIC TV Chapecó, retransmitindo a Rede Record. O objetivo na oportunidade era unificar as operações do grupo, que já era chamado de RIC, no Paraná. Em 1º de dezembro de 2000, entrou no ar a TV Cidade dos Príncipes, canal 8 de Joinville, pertencente ao empresário Mário Petrelli. Inicialmente retransmitindo o SBT, a emissora fazia parte da Rede SC. A partir de 1º de fevereiro de 2008, passou a se chamar RIC TV Joinville, retransmitindo a Rede Record, de São Paulo (Santos, 2019).

A TV Top, canal 9 de Blumenau, emissora da Rede SC, de Mário Petrelli, entrou no ar no ano 2000 (Santos, 2019). Até 2008, transmitia o SBT para o Vale do Itajaí. A partir daquele ano, começou a se chamar RIC TV Blumenau, retransmitindo a Rede Record. Uma reestruturação uniu as quatro emissoras de Mário Petrelli (Rede SC de Florianópolis, Joinville, Chapecó e Blumenau) e as três geradoras que eram de posse direta da Record de São Paulo (Record de Florianópolis, Itajaí e Xanxerê), até então em nome do bispo Honorilton Gonçalves, braço direito de Edir Macedo. Com isso, a Rede Record ampliou de três para seis emissoras no estado e a Record de Florianópolis (antiga TV Cultura, canal 6), virou RecordNews (Santos, 2019).

Desde 2 de dezembro de 2019, as seis emissoras do Grupo ND em Santa Catarina, afiliado da Record TV, passaram a ser chamadas de ND TV, em alusão ao jornal *Notícias do Dia*, do mesmo grupo, mas com o apelido de *Noite e Dia*, no *slogan* da campanha que executou

a mudança de marca. (Grupo Ric [...], 2019). No entanto, as operações continuaram com a família Petrelli. O Grupo ND ficou sob o comando do empresário Marcelo Corrêa Petrelli, enquanto o Grupo RIC, no Paraná, ficou sob a presidência do irmão dele, Leonardo Petrelli. O patriarca da família e fundador do grupo, empresário Mário José Gonzaga Petrelli, morreu em 22 de abril de 2020, aos 84 anos de idade.

No dia 1º de agosto de 2008, entrou no ar o canal 13 analógico, prefixo ZYQ 663, que foi transformado posteriormente em 21.1 (digital). A TV Araucária, uma concessão comercial que iniciou com o comando do Grupo SCC, transmitia programação local. Entre 2015 e 2016, virou retransmissora da RedeTV. Em seguida, começou a retransmitir o sinal da Rede Gospel, pertencente à Igreja Renascer em Cristo, com sede em São Paulo (Tv Araucária, 2017).

No dia 17 de fevereiro de 2011, entrou no ar a TV Primavera de Criciúma Ltda, ZYB 784, canal 12 analógico e, desde 9 de dezembro de 2013, no canal 12.1 no digital. Esta é uma concessão comercial de televisão pertencente à Igreja Internacional da Graça de Deus, do pastor R.R. Soares.

O cenário atual da televisão comercial catarinense está estabelecido da seguinte forma: a NSC possui seis geradoras de televisão (Florianópolis, Blumenau, Joinville, Chapecó, Joaçaba e Criciúma). Já a NDTV, anteriormente intitulada como RIC, da família Petrelli, dispõe de sete emissoras de televisão, seis afiliadas da Rede Record (Florianópolis, Chapecó, Blumenau, Itajaí, Joinville, Criciúma – esta última com concessão em Xanxerê) e uma da Record News (Florianópolis) e um jornal diário (*Notícias do Dia*, de Florianópolis). A TVBV (já intitulada como Band SC, TV Catarina, TV Barriga Verde) continua como propriedade do empresário Saul Brandalise. O Sistema Catarinense de Comunicações (SCC), do empresário Roberto Amaral, possui uma concessão de televisão em Lages e um estúdio em Florianópolis, de onde gera telejornais (Santos, 2019). Existem ainda duas outras emissoras comerciais no Estado: a TV Primavera, de Criciúma, de propriedade do missionário R.R. Soares, de São Paulo; e a TV Araucária, de Lages, pertencente à Igreja Renascer, também de São Paulo.

Pode-se dizer que a maior reestruturação dos últimos anos na televisão de Santa Catarina foi a venda das operações da RBS para a NSC. No dia 7 de março de 2016, após 37 anos de operações da RBS em Santa Catarina, a família Sirotsky anunciou a venda das operações no estado. De uma vez só, seis geradoras de televisão, oito emissoras de rádio e quatro jornais foram repassados aos empresários Lírio Parisotto e Carlos Sanchez, por uma quantia não divulgada. Parisotto saiu da sociedade no ano seguinte. No dia 15 de agosto de 2017, as emissoras trocaram de nome para NSC (Santos, 2019).

#### 4 As emissoras não comerciais

Em 1980, o governo federal já havia concedido uma licença para instalação de uma geradora educativa em Florianópolis (Lopes, 2009). O Instituto Estadual de Educação chegou a fazer experiências fechadas de televisão com a intenção de preparar a instalação de um canal educativo na capital que entraria no projeto do Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred) (Montero, 2004). Foi somente em 1992 que a Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa do Estado de Santa Catarina iniciou as operações da TV Caracol, canal 2, de Florianópolis, primeira concessão de televisão educativa em terras catarinenses. Durante um ano, o canal transmitiu a programação da TVE do Rio de Janeiro (Santos, 2019). Como o canal veiculava comerciais em seus intervalos, as demais televisões existentes em Florianópolis entraram em conflito com a TV Caracol, denunciando a prática da emissora dita educativa. Mas o fato que gerou o fechamento da emissora foram as denúncias contra o proprietário Douglas de Macedo Mesquita, então presidente da Telecomunicações de Santa Catarina (Telesc), a então companhia de telefonia estadual, de se utilizar de recursos da Telesc para fundar a emissora de televisão (Montero, 2004).

A Fundação Catarinense de Difusão Educativa e Cultural Jerônimo Coelho foi instituída apenas em 30 de março de 1994. Dessa vez, a sociedade florianopolitana organizava-se para colocar no ar seu canal educativo. A fundação de direito privado e sem fins lucrativos reunia 61 representantes, sendo 30 vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 30 vinculados à Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e um, à Cinemateca Catarinense. Durante uma votação, os participantes da Fundação Jerônimo Coelho decidiram que o nome do novo canal seria Anhatomirim TV (Montero, 2004).

No dia 29 de dezembro de 1994 entrava no ar a Anhatomirim TV Educativa, retransmissora de televisão educativa, com solenidade presidida pelo então governador Antônio Carlos Konder Reis (PFL), no Morro da Cruz. Tratava-se de uma emissora de caráter misto, retransmitindo parte da programação da TVE do Rio de Janeiro e parte da programação da TV Cultura de São Paulo. Até então, não havia condições de produzir conteúdo local. A partir de 1996, o então Ministério das Comunicações autorizava a Anhatomirim TV a alterar suas operações de retransmissora para geradora de televisão e, finalmente, o conteúdo local podia ser veiculado. De qualquer forma, há registros de que o primeiro programa local teria ido ao ar em 1995 (Montero, 2004).

A Anhatomirim TV Educativa permaneceu com esse nome até 1998, quando uma nova gestão decidiu pela troca por TV Cultura de Santa Catarina. A Fundação Jerônimo Coelho

continuava sendo a mantenedora do canal, em parceria com a UFSC e a Udesc. Não há consenso entre os autores se a Rede Record teria dado autorização para a televisão educativa de Florianópolis alterar seu nome para TV Cultura ou se isso não foi necessário. O nome TV Cultura é pertencente oficialmente ao canal 6 de Florianópolis, segunda concessão de televisão implantada no estado, ainda em 1970, mas que já havia se transformado ao longo do tempo em RCE, OM Brasil, TV Record e, por último, RecordNews.

Com a nova gestão iniciada em 1998 e a implantação de um conselho de programação, cerca de 12 programas locais passaram a ser produzidos em Florianópolis, com exceção de noticiários, além de pelo menos outros dez programas que foram inseridos na grade de programação até 2001 (Montero, 2004).

Não há clareza, entre os autores pesquisados, sobre a data exata em que a TV Cultura saiu do ar, por problemas financeiros. O atual diretor geral da TV UFSC, Felipe Jairo Laval, afirma que a TV Cultura saiu do ar em 2009, em razão de uma crise sem precedentes (Santos, 2019). Até sair do ar, a TV Cultura canal 2 continuou a ser mantida pela Fundação Jerônimo Coelho. A volta da televisão educativa a Florianópolis ocorreu sob a insígnia de UFSC TV, em 2 de maio de 2013, quando a universidade realizou testes de televisão digital no canal 63.1 e, em 18 de maio do mesmo ano, iniciou suas transmissões em caráter definitivo. Como a Universidade Federal de Santa Catarina já dispunha de um canal a cabo chamado UFSC TV, houve a decisão de unir os dois espaços, ou seja, a estrutura de uma TV aberta e pública com uma TV universitária de canal fechado. O objetivo era reduzir custos. Vários programas locais começaram a ser exibidos pela emissora, agora sob o nome TV UFSC, apenas no canal digital 63.1 (Santos, 2019).

A mais antiga das concessões não comerciais de televisão de Santa Catarina em funcionamento é a Furb TV, de Blumenau (Santos, 2019). A universidade assumiu, em 13 de setembro de 1994, o canal 13 de Blumenau, repetidora da TV Educativa do Rio de Janeiro, pertencente à época à Fundação Roquette-Pinto (FRP). A universidade assinou um termo de comodato com a FRP, no qual se responsabilizava pelos equipamentos de retransmissão instalados no Portal da Saxônia, um dos pontos mais altos da cidade de Blumenau. Em 29 de novembro de 1999, a Furb recebeu a concessão para operar como geradora de televisão aberta sem depender mais do regime misto, sob o prefixo ZYB 776. A emissora seguiu retransmitindo a TVE do Rio de Janeiro até 29 de novembro de 2007, quando a Rede Pública de Televisão (RPT) foi inaugurada durante o segundo mandato do presidente Lula. Dessa forma, o Conselho de Programação do Núcleo de TV da Furb autorizou a substituição da geradora cabeça de rede e passou a retransmitir o Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho, em 2 de dezembro de

2007 (Santos, 2019). A Furb TV saiu do ar em 2018, quando da data limite para o desligamento do sinal analógico de televisão na cidade de Blumenau. Até o momento (2024), a emissora continua fora do ar, sem qualquer previsão de retorno.

Já na capital catarinense, existe uma geradora que funciona apenas como retransmissora de uma rede nacional de televisão. Assim é a TV Canção Nova, de Florianópolis, canal 22 UHF, prefixo ZYB 783, que também opera no canal digital 22.1 UHF. Na verdade, a Rede Canção Nova, com sede em Cachoeira Paulista (SP), possui retransmissora em Florianópolis desde 1998, mas a geradora foi inaugurada em 2006 (Santos, 2019). O próprio *site* da Rede Canção Nova afirma que a geradora foi adquirida, o que, para todos os efeitos, representa a compra de um canal de televisão ou pelo menos de sua concessão.

Há 16 anos a TV Canção Nova está na capital catarinense, quando foi adquirida uma retransmissora na cidade. Em 2006, com a aquisição de uma geradora, o sinal da emissora foi expandido, possibilitando a transmissão de sua programação pelo canal 23 para toda a região sul do país (Senne, 2014).

Lopes (2015) afirma tratar-se de um arrendamento da Fundação Educar Sul Brasil para a TV Canção Nova. Entramos em contato tanto com a TV Canção Nova de Florianópolis, quanto com a Rede Canção Nova, em Cachoeira Paulista (SP). A obtenção de informações desta emissora parece ser algo inconveniente, segundo Santos (2019, p. 182):

O assessor de imprensa da Fundação João Paulo II, mantenedora da Rede Canção Nova, Osvaldo Luiz Silva, limitou-se a dizer, em um primeiro contato com este pesquisador, que se tratava de uma geradora, mas que naquele momento não poderia atender ao pedido de entrevista. “No momento, a TV Canção Nova está passando por reestruturações internas. Infelizmente, não será possível atender sua solicitação”. No segundo contato, insistimos para que ele confirmasse se a geradora produzia conteúdo local, mas a resposta foi: “peço que entenda nossa limitação momentânea. Espero, no futuro, poder lhe prestar outros esclarecimentos”. Ou seja, ele confirmava que se tratava de uma geradora, mas não confirmava o segundo questionamento: se havia ou não programação local. No terceiro contato, ele confirmou que realmente não havia nenhuma geração de conteúdo local “momentaneamente”.

Ao contrário da TV Cultura, que transmitia a TVE do Rio de Janeiro, a TV UFSC, no canal fechado, manteve parceria com a TV Senac de São Paulo. Em 2013, o canal 2 VHF, então pertencente à TV Cultura, foi desativado. Em 18 de maio do mesmo ano, a Universidade Federal de Santa Catarina inaugurava a TV UFSC, canal terrestre aberto em sinal digital (63.1). A outorga do canal pertence à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), mantenedora da TV Brasil, cabeça de rede da Rede Pública de Televisão, criada em 2007.

No dia 11 de março de 2002, o Diário Oficial da União publicava o decreto de outorga da concessão da Unisul TV para a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina, também

mantenedora da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), com sede principal na cidade de Tubarão. O contrato com o então Ministério das Comunicações foi assinado em 3 de outubro de 2003 (Santos, 2019). De acordo com o diretor do canal, professor Ildo Silva da Silva (2017), todos os equipamentos da repetidora da TVE estavam sucateados e não tinham condições de utilização. (Santos, 2019). A emissora iniciou suas atividades em 29 de setembro de 2006 sob o prefixo ZYB 780, com seis repórteres em sua equipe de jornalismo. No dia seguinte foi ao ar o primeiro programa, um especial de 90 minutos com reportagens sobre a região Sul, sobre a Unisul e sobre a nova televisão (Santos, 2019).

Outra geradora não comercial de Santa Catarina, a ARTV, possui uma história bastante peculiar, se levarmos em consideração o cenário da mídia brasileira e as demais concessões não comerciais existentes em Santa Catarina. De acordo com informações constantes no *site* da emissora (que permanece no ar) sobre a história do canal, o fundador, Ataídes Redivo, montou uma empresa de filmagens no início da década de 1990, intitulada AR Vídeo Produções. Antes disso, foi vendedor, mestre de obras e chegou a montar uma construtora, a AR Empreiteira. Mas foi com a mudança de ramo para o setor do audiovisual que Redivo teve a ideia de montar um canal de televisão, mesmo sem condições financeiras para tal. Ele acessou o *site* do Ministério das Comunicações e fez a solicitação de um canal de televisão para Araranguá sem acreditar que isso pudesse ter algum resultado. Algum tempo mais tarde, foi surpreendido com uma correspondência que lhe informava sobre a concessão do canal 5. Redivo teria juntado os documentos necessários, criou a Fundação Angelo Redivo em homenagem a seu pai e solicitou ajuda do prefeito da época, Primo Menegalli (PSDB) (Santos, 2019).

A concessão do canal 5 VHF da cidade de Araranguá, no Vale do Araranguá, no extremo sul catarinense, com o prefixo ZYB 785, foi assinada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 23 de dezembro de 2001. Em 2002, a geradora entrava em operação retransmitindo a programação da TV Cultura de São Paulo. Desde 2011, no entanto, passou a retransmitir a TV Brasil, da Rede Pública de Televisão. Até janeiro de 2017, a ARTV operou normalmente com esse nome, até ser extinta e agregada à Unisul TV, como uma espécie de afiliada do canal de Tubarão. Percebe-se também que, em 2017, consistia em uma espécie de retransmissora não totalmente simultânea dos programas locais da Unisul TV (Santos, 2019).

Em janeiro de 2000, entrava no ar a TV Brasil Esperança, prefixo ZYB 775, canal 21 UHF, em Itajaí. Os estúdios do canal funcionam em um edifício da família Francelino, então proprietária de uma imobiliária na cidade, que funcionou até a década de 1990. O nome do canal faz alusão ao projeto social Brasil Esperança, iniciativa que surgiu em 1997, em Blumenau, e foi estendida a Itajaí por meio do Centro Evangelístico de Itajaí (CEI), atualmente

intitulado Centro Evangelístico Integrado (CEI), uma igreja evangélica no bairro São Vicente, nas proximidades da sede da TV (Santos, 2019). Em 9 de março de 2004, começava a operar a segunda emissora de televisão ligada ao grupo, a TV Brasil Esperança, prefixo ZYB 781, canal 11 VHF de Joinville, exatamente no dia do aniversário da maior e mais populosa cidade catarinense (Santos, 2019).

A família Gonçalves, de Rio do Sul, anteriormente proprietária de duas emissoras de rádio, inaugurou a primeira geradora de televisão do Alto Vale do Itajaí, em 7 de dezembro de 1988. Trata-se da Rede Bela Aliança (RBA), ZYB 774, canal 7, retransmissora primeiramente da TVE do Rio de Janeiro e da Sesc TV, a partir da década de 2000. Os diretores da Rede Bela Aliança são os filhos de Osny e Iolanda, Renne Gonçalves e Rubens Gonçalves. São os nomes dos dois que estão no cadastro do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações como detentores da televisão (Santos, 2019).

A única geradora de televisão aberta do município de Balneário Camboriú é uma concessão educativa, a TV Litoral Panorama, prefixo ZYB 778, canal 11 VHF, pertencente à Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan (Furpan), que leva o nome do pai do ex-secretário de Estado do Turismo, Cultura e Esporte de Santa Catarina, ex-governador, ex-senador e ex-prefeito Leonel Pavan. A Furpan foi criada em 21 de dezembro de 1998. A concessão foi obtida em 4 de fevereiro de 2002 e o canal de televisão entrou em operação em 5 de junho de 2004. Desde sua implantação, a TV Litoral Panorama é afiliada da TV Cultura de São Paulo. A partir de 2021, o canal passou a se chamar TVC Panorama (Santos, 2019).

Em 11 de dezembro de 2013, entrou no ar o canal 61, em Florianópolis e, com ele, a programação da TV AL, pertencente à Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Não há concessão própria para este canal. Trata-se de um acordo de cooperação com a Câmara dos Deputados, para fazer uso de um dos quatro canais da multiprogramação da televisão digital. O sinal da TV AL, anteriormente, era sintonizado apenas nas televisões a cabo de Santa Catarina. Desta forma, a TV AL utiliza uma das frequências juntamente com a TV Câmara e TV Senado de Brasília, além da TV da Câmara de Vereadores de Florianópolis (Tv da Assembleia, 2013).

Em 15 de maio de 2024, entrou no ar em caráter definitivo a Univali TV, ZYQ 661, canal 18.1, em sinal digital, pertencente à Fundação Universidade do Vale do Itajaí. Trata-se de uma geradora educativa afiliada ao Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho. A Univali TV, em canal aberto, deu lugar à TV Univali, emissora em canal fechado existente desde o ano 2000 (Ramos, 2024). Até o momento (2025), esta é a última geradora a entrar no ar no Estado de Santa Catarina.

## 5 Considerações finais

Este trabalho tratou de descrever a história dos canais de televisão de Santa Catarina. Percebe-se a grande quantidade de troca de acionistas e de cabeças de rede em se tratando de tão poucos canais de televisão ao longo desses mais de 50 anos de televisão no estado. Conclui-se que Santa Catarina mantém concentração de propriedade de mídia, com apenas dois grupos detentores da maior parte das emissoras comerciais do estado, entre as 28 geradoras de televisão. Esse quadro é um reflexo do que ocorre em todo o Brasil, pois, das 17 concessões de televisão comerciais em operação, 13 delas estão sob o controle de dois grupos: NSC (Globo) e NDTV (Record). Tal concentração reflete pouco espaço para a programação estadual e, principalmente, local e a falta de pluralidade na programação das geradoras. A concentração também se dá sob o aspecto geográfico no estado, já que apenas quatro emissoras estão situadas fora da área litorânea ou nas proximidades do litoral catarinense, embora o estado possua 295 municípios.

Embora tenham ocorrido trocas de comando, é possível afirmar que os dois principais grupos de comunicação de Santa Catarina, NSC e ND, dominam a comunicação televisiva desde a década de 1980, quando seus conglomerados se estabeleceram, mesmo em situações diferentes, como no caso da família Petrelli, atual proprietária da NDTV, mas que já esteve no comando de quase a totalidade das emissoras comerciais do estado. No caso da NSC, embora esse grupo tenha substituído a RBS em Santa Catarina a partir de 2016, quando tomou o controle acionário das emissoras, trata-se das mesmas seis emissoras de televisão anteriormente pertencentes à família Sirotsky e sob a retaguarda da Rede Globo de Televisão.

Já as televisões não comerciais, que poderiam ser alternativas a esse cenário, estão concentradas em cidades que possuem emissoras comerciais (duas em Florianópolis, uma em Itajaí, uma em Joinville, uma em Blumenau), além das emissoras de Balneário Camboriú, Araranguá, Rio do Sul e Tubarão, somando onze emissoras. A má distribuição entre os 295 municípios do estado é evidente, além de serem controladas por igrejas (TV Brasil Esperança de Itajaí e Joinville e TV Canção Nova de Florianópolis), universidades comunitárias (Unisul e Furb), grupos comerciais como a família Gonçalves, de Rio do Sul (TV Bela Aliança), e grupos políticos como a família Pavan (TV Litoral Panorama).

## Referências

CAVENAGHI, B.; EMERIM, C. Os primórdios da televisão em Santa Catarina: mercado e produtos. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 3, n. 1, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.unicentro.br/rbhm/ed05/artigos/05.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2016.

CRUZ, D. M. **Televisão e negócio: a RBS em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.

GRUPO RIC agora é Grupo ND. **ND Mais**, [s. l.], 2 dez. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/tv/grupo-ric-agora-e-grupo-nd-confira-os-detalhes-dessa-mudanca/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

LOPES, I. da S. **A TV pública no Brasil: a construção da rede nacional de televisão**. 2011. 306 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LOPES, I. da S. **TV Brasil e a construção da rede nacional de televisão pública**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

LOPES, I. da S. TV Educativa e regulação: peculiaridades das emissoras catarinenses. **EPTIC Online**, [s. l.], v. 11, n. 1, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/157>. Acesso em: 18 jun. 2016.

MATTOS, S. F. de. **TV Barriga Verde de Florianópolis: estudo de caso no período 1984/87. 1992**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76827>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MONTERO, A. C. G. **Antena pública: as possibilidades educativas da TV Cultura de Santa Catarina**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86853>. Acesso em: 15 jun. 2016.

NDTV Criciúma tem data de estreia definida; NSC TV contra-ataca. **SulBRTV**, [s. l.], 25 out. 2020. Disponível em: <http://www.sulbrtv.com/2020/10/ndtv-criciuma-comeca-sair-do-papel-nsc.html>. Acesso em: 23 abr. 2023.

PEREIRA, M. **Imprensa e poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli: FCC Edições, 1992.

RAMOS, R. Homenagens marcam a solenidade de abertura do sinal da Univali TV. **Portal Univali**, [s. l.], 16 maio 2024. Disponível em: <https://www.univali.br/noticias/Paginas/homenagens-marcam-a-solenidade-de-abertura-do-sinal-da-univali-tv.aspx>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SANTOS, C. R. P. dos. **A TV pública não pública: as televisões não comerciais no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SENNE, L. Canção Nova Florianópolis, desde 1998 gerando evangelização. **Canção Nova**, [s. l.], 9 dez. 2014. Disponível em: <http://tv.cancaonova.com/tv-digital/cancao-nova-florianopolis-desde-1998-gerando-evangelizacao/>. Acesso em: 3 abr. 2017.

SEVERO, A.; GOMES, M. A. **Memória da radiodifusão catarinense**. Florianópolis: Insular, 2009.

SOUZA, C. A. de. **O fundo do espelho é outro**: quem liga a RBS liga a Globo. Itajaí: Ed. Univali, 1999.

SOUZA, Z. A. de. **Imagens de uma conquista**: por detrás das câmeras da TV Coligadas. Blumenau: Nova Letra, 2007.

TV ARAUCÁRIA pode voltar. **Portal Milton Barão**, [s. l.], 25 jan. 2017. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20180221051002/https://miltonbarao.com.br/2017/01/25/tv-araucaria-pode-voltar/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

TV DA ASSEMBLEIA Legislativa começa a transmitir em sinal digital aberto a partir do dia 11. **Acontecendo Aqui**, [s. l.], 6 dez. 2013. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/comunicacao/tv-da-assembleia-legislativa-comeca-transmitir-em-sinal-digital-aberto-partir-do-dia-11/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

**Data de submissão**: 16/09/2024

**Data de aceite**: 19/03/2025